

DIÁRIO DE CLASSE



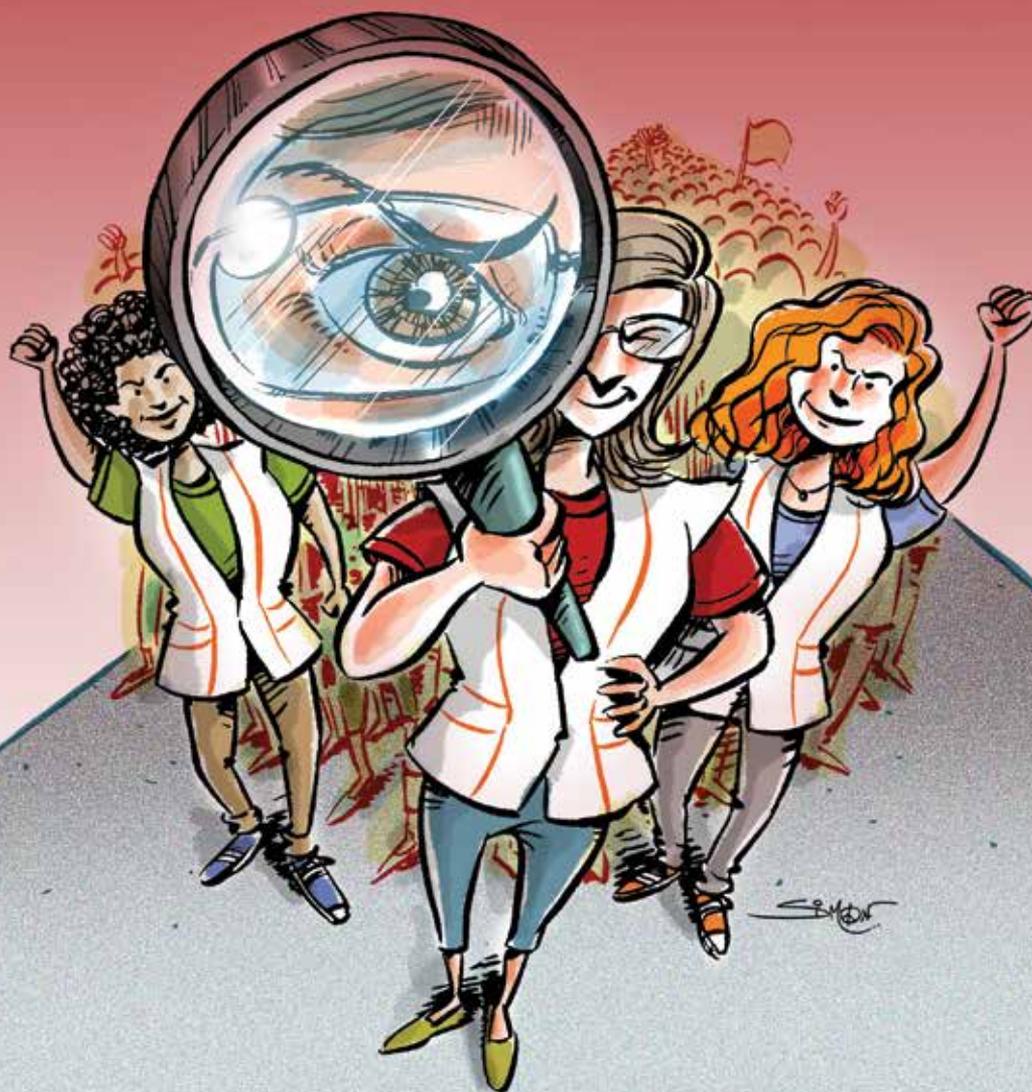
Informativo do Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba

210 | outubro 2014 | Gestão "Novos Rumos" | 

Luta pelo Plano de Carreira chega na **reta final**

Magistério se organiza para acompanhar a votação final na Câmara de Vereadores e para barrar qualquer tentativa de retirada de direitos

Págs 6 e 7



REALIDADE DA ESCOLA

Fechamento de turmas e estrutura precária prejudicam escolas  pág. 3

AVALIAÇÃO

SME cria nova avaliação nos moldes do IDEB  pág. 4

DIREITO DE GREVE

Rifa solidária é alternativa para resistir aos descontos  pág. 5

EDITORIAL



Nosso voto é na luta!

Curitiba está tomada por um mar de cavaletes, estampados com as caras de candidatos dos mais variados partidos e coligações. Nesta época, muitos sindicatos espalhados pelo Brasil se transformam em comitês eleitorais e deixam em segundo plano as lutas da categoria que representa. Esse não é o posicionamento do SISM MAC e não deve ser o de nenhum outro sindicato comprometido com a classe trabalhadora, pois os nossos interesses são muito diferentes dos interesses defendidos pelas principais candidaturas.

As mudanças que são significativas para a educação não acontecem através da via institucional. Pelo contrário, são resultados da organização e da luta travada pelos trabalhadores.

E para que possamos lutar é preciso ter autonomia. O sindicato não pode ter o rabo preso com nenhum candidato ou partido político porque depois das eleições deve ter liberdade para criticar e lutar contra as políticas que são prejudiciais à educação e aos trabalhadores. Na propaganda, os discursos são muito parecidos. Todos dizem que querem valorizar o professor, destinar mais verba pra educação, contratar mais professores, ampliar a hora-atividade. Quando são eleitos, entretanto, nada disso se transforma em prioridade.

Para provar esse argumento, basta recordar as promessas feitas pelo prefeito Gustavo Fruet durante a campanha eleitoral de 2012. Ele afirmou que iria “destinar 30% do orçamento público para a educação”, que iria “fortalecer e melhorar o processo pedagógico nas 11 escolas que ofertam segunda fase do ensino fundamental” e que a educação seria “a menina dos olhos da gestão”.

Nenhuma dessas promessas se concretizou até agora. O orçamento para a educação cresceu só 0,3% (passou de 26,5% para 26,8%), as 11 escolas do 6º ao 9º ano estão mais abandonadas do que nunca e a menina dos olhos não para de chorar devido aos maus tratos.

Na tentativa de iludir os servidores, a administração municipal tem divulgado que partiu do prefeito a iniciativa de mudar o nosso Plano de Carreira. Entretanto, a reformulação do Plano de Carreira é uma luta histórica dos professores municipais em Curitiba. A proposta inicial da Prefeitura era o enquadramento por similaridade salarial, sem valorizar o tempo de serviço e trajetória na carreira, além de deixar os aposentados de fora e extinguir os quinquênios.

Por que o prefeito mudou de ideia? A resposta é simples: pressão e organização da categoria, que culminou com sete mil professores nas ruas. Isso mostra que **em qualquer eleição, mais importante do que votar é lutar.**

Essa edição do jornal Diário de Classe traz mais informações sobre a continuidade da luta pelo Plano de Carreira, que já está na reta final de tramitação na Câmara Municipal. Denunciamos também o fechamento de turmas, as tentativas de retaliação aos professores que participaram da greve e as prioridades assumidas pela Prefeitura que contradizem a educação pública de qualidade.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

PRESTAÇÃO DE CONTAS | Julho/2014

SALDO DO MÊS DE JUNHO DE 2014:		Campanha de Lutas 2014	12.781,18
Saldo Bancário	49.857,00	Alimentação para eventos	663,00
Saldo Poupança	244.634,94	Trabalhadores	
Fundo de Greve	281.882,81	Salários e auxílios	23.164,47
Aplicação para compra da sede	254.138,85	Rescisão contratual	16.445,64
Caixa Interno	3.353,46	Assistência médica	3.717,54
TOTAL:	833.867,06	Exame admissional	40,00
		Plano odontológico	376,08
		Seguro de vida	167,20
DEMONSTRATIVO DE RECEITAS DE JULHO DE 2014		Jurídico	
Mensalidades Associados	176.174,88	Gastos processuais	13,60
TOTAL RECEITAS	176.174,88	Sede	
		Material de consumo	517,57
DEMONSTRATIVO DE DESPESAS DE JULHO DE 2014		Material de escritório	1.612,90
Informática		Manutenção e reparos	131,00
Hospedagem/site	554,00	Aluguel/ IPTU	8.218,55
Internet/Onda	19,82	Comunicação	
Manutenção	815,00	Jornal/cartazes/folders	999,00
Aquisições		Telefone	
Assessorias e Serviços		GVT	462,45
Dieese	630,34	TIM	1.258,69
Honorários Advocáticos	7.000,00	Transporte	
Contabilidade	942,67	Transp. atividades sindicais	1.659,60
Fotocópias e autenticações	105,65	Veículos	
Locação copiadora	550,00	Combustível	527,81
Motoboy/serviços	831,50	Desgaste/combustível	695,35
Empresa de segurança	109,58	Estacionamento	279,00
Assinaturas	50,90	Manutenção	785,00
Auxílios		Seguro Gol	609,20
Diretoria/alimentação	819,80	Pedágio	21,60
Bolsa/Estagiária	262,69	Tarifas Bancárias	
Diretoria/Transporte	604,80	Transporte/serviços	39,20
Transporte/assessoria	3.063,12	Apoio a outros movimentos*	
Transporte/estagiária	194,40	Sindicato dos Sapateiros de Franca	2.000,00
Hospedagem/assessoria	332,20	Centro Acadêmico de Educação Física	1.000,00
Correios		SINTRASERV: Itaperuçu e Rio Branco	1.000,00
Energia Elétrica/COPEL	311,50	Sintcom-PR	2.000,00
Encargos		Chapa 1 - Eleições Sinsep	2.000,00
Contribuição estatutária/CNTE	6.694,65	TOTAL DESPESAS	85.225,51
Sanepar	130,68	SALDO ATUAL:	
Eventos		CAIXA INTERNO	5.698,41
Reuniões específicas	804,71	SALDO BANCÁRIO	7.876,17
Coletivo dos aposentados	139,72	SALDO POUANÇA	246.007,95
Conselho de Representantes	592,80	FUNDO DE GREVE	299.522,91
Posse Diretoria	1.366,07	APLICAÇÃO PARA COMPRA DA SEDE	259.500,00
Cursos externos	153,04	SALDO TOTAL:	818.605,44
Eleição SISM MAC	47.974,72		

* O apoio a outros movimentos faz parte da política aprovada no último Congresso do SISM MAC. A contribuição mensal de 6,2%, que antes era destinada à CUT, passou a ser utilizada como apoio financeiro para movimentos que atuam de acordo com os princípios da organização por local de trabalho, formação política, autonomia em relação a partidos políticos e independência frente a patrões e governos.

Tabela de Vencimentos do Magistério Abril/2014 (com 5,38% de reajuste)

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	
Parte Especial	100	1.064,90	1.094,72	1.125,37	1.156,88	1.189,27	1.222,57	1.256,81	1.292,00	1.328,17
	101	1.365,36	1.403,59	1.442,89	1.483,29	1.524,83	1.567,52	1.611,41	1.656,53	1.702,91
	102	1.750,60	1.799,61	1.850,00	1.901,80	1.955,05	2.009,79	2.066,07	2.123,92	2.183,39
Parte Permanente - Graduação	103	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	104	0,00	1.614,12	1.659,31	1.705,77	1.753,54	1.802,63	1.853,11	1.905,00	1.958,34
	105	2.013,17	2.069,54	2.127,48	2.187,05	2.248,29	2.311,24	2.375,96	2.442,49	2.510,87
	106	2.581,18	2.653,45	2.727,75	2.804,13	2.882,64	2.963,36	3.046,33	3.131,63	3.219,31
	107-PI	3.309,45	3.402,12	3.497,38	3.595,30	3.695,97	3.799,46	3.905,84	4.015,21	4.127,63
	108-PI	4.243,21	4.362,02	4.484,15	4.609,71	4.738,78	4.871,47	5.007,87	5.148,09	5.292,24
Parte Permanente - Especialização	107	1.408,32	1.447,75	1.488,29	1.529,96	1.572,80	1.616,84	1.662,11	1.708,65	1.756,49
	108	1.805,67	1.856,23	1.908,20	1.961,63	2.016,56	2.073,02	2.131,07	2.190,74	2.252,08
	109	2.315,14	2.379,96	2.446,60	2.515,11	2.585,53	2.657,92	2.732,34	2.808,85	2.887,50
	110	2.968,35	3.051,46	3.136,90	3.224,74	3.315,03	3.407,85	3.503,27	3.601,36	3.702,20
	111-PII	3.805,86	3.912,42	4.021,97	4.134,59	4.250,36	4.369,37	4.491,71	4.617,48	4.746,77
Parte Permanente - Mestrado	112	4.879,68	5.016,31	5.156,76	5.301,15	5.449,58	5.602,17	5.759,03	5.920,29	6.086,05
	111	1.619,56	1.664,91	1.711,53	1.759,45	1.808,72	1.859,36	1.911,42	1.964,94	2.019,96
	112	2.076,52	2.134,66	2.194,43	2.255,88	2.319,04	2.383,97	2.450,73	2.519,35	2.589,89
	113	2.662,40	2.736,95	2.813,59	2.892,37	2.973,35	3.056,61	3.142,19	3.230,17	3.320,62
	114	3.413,60	3.509,18	3.607,43	3.708,44	3.812,28	3.919,02	4.028,75	4.141,56	4.257,52
Parte Permanente - Doutorado	115-PIII	4.376,73	4.499,28	4.625,26	4.754,77	4.887,90	5.024,76	5.165,46	5.310,09	5.458,77
	116-PIII	5.611,62	5.768,74	5.930,27	6.096,32	6.267,01	6.442,49	6.622,88	6.808,32	6.998,95
	500	1.862,49	1.914,64	1.968,25	2.023,36	2.080,02	2.138,26	2.198,13	2.259,68	2.322,95
	501	2.387,99	2.454,85	2.523,59	2.594,25	2.666,89	2.741,56	2.818,33	2.897,24	2.978,36
	502	3.061,76	3.147,49	3.235,62	3.326,21	3.419,35	3.515,09	3.613,51	3.714,69	3.818,70
	503	3.925,62	4.035,54	4.148,54	4.264,70	4.384,11	4.506,86	4.633,05	4.762,78	4.896,14
	504	5.033,23	5.174,16	5.319,04	5.467,97	5.621,07	5.778,46	5.940,26	6.106,59	6.277,57
505	6.453,34	6.634,04	6.819,79	7.010,74	7.207,05	7.408,84	7.616,29	7.829,55	8.048,77	

EXPEDIENTE

SINDICATO DOS SERVIDORES DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL DE CURITIBA Rua Nunes Machado, 1577, Rebouças - Curitiba/PR, CEP. 80.220-070 Fone/Fax: (41) 3225-6729 | Gestão "Novos Rumos" (2014-2017)
www.sismmac.org.br | **Direção liberada:** Andressa Fochesatto, Gabriela Dallago, Pedro de Alcântara, Raquel Soares, Siomara Kulicheski, Viviane Bastos Pampu, Wagner Argenton, Wagner Batista.
Direção que permanece nas escolas: Adriano Vieira, Carine Costa, Danielle Kristine Menezes Faria, Dulce Chaves, Francielli Costa, Gabriel Conte, Geny Maria Dallago, João Antonio Rufato, Julia Bueno, Luana Crestani, Luiz Jose Vernizi, Karla Ferré, Marco Antonio Barbosa Mafra, Mariana Navarro, Rafael Alencar Furtado, Rosana Almeida, Rosane Lisian Vasconcellos, Samara da Rosa Costa, Suyan Ayala, Vanessa Schivinski Mamoré.
Equipe de Comunicação: Thaíse Mendonça (DRT 8696/PR) e Dalane Santos |
Projeto gráfico, ilustração e diagramação: Ctrl S Comunicação | Simon Taylor (www.ctrlscomunicacao.com.br)

REALIDADE DA ESCOLA

Fechamento de turmas prejudica qualidade de ensino na Escola Municipal Jaguariaíva

Restando três meses para o final do ano letivo, a Prefeitura ordenou o fechamento de turmas com realocação de alunos e cancelou o contrato de trabalho de vários professores (RIT). A medida prejudicou a qualidade do ensino nas escolas da rede que sofreram com a atitude arbitrária e unilateral da administração.

Na Escola Municipal Jaguariaíva, na regional Boa Vista, essa prática da Prefeitura revoltou mães, pais e professores que não aceitaram calados a decisão imposta pelo núcleo de educação e juntos se mobilizaram para cobrar qualidade de ensino para as crianças que sofreram com a junção das turmas.

Um grupo de mães buscou uma solução junto ao núcleo regional de educação, mas este afirmou não existir prejuízo pedagógico nas classes que receberam as crianças da turma desmantelada. A redistribuição dos estudantes deixou uma sala de aula ociosa

e duas turmas superlotadas. Uma ficou com 38 estudantes mais um aluno da classe especial em processo de adaptação e a outra, que tem aluno de inclusão, ficou com 35 crianças apertadas dentro da sala.

Contra a intransigência da Prefeitura, a solução encontrada pela comunidade foi a realização de um abaixo-assinado, campanha de emails, telefonemas ao núcleo regional de educação e ligações para o 156. Essas ações exigiram explicações e uma solução urgente da Secretaria Municipal de Educação para que as crianças não tenham a aprendizagem prejudicada.

Sabemos que, assim como os pais e professores da escola Jaguariaíva fizeram, é somente através da nossa organização e luta que conseguiremos enfrentar os ataques diários à educação pública, bem como exigir uma educação que atenda os interesses da classe trabalhadora.

Para piorar ainda mais, além de fechar turmas, a Prefeitura está



Depoimento de mães que estão na luta por uma educação de qualidade!

“A justificativa que me deram para a junção das turmas foi de que era necessária uma organização administrativa para atender um novo conjunto de casas populares. Porém, não acho justo que eu tenha que abrir mão da qualidade da educação da minha filha porque a Prefeitura não conseguiu se planejar antes. Eu quero que a minha filha tenha um aprendizado de qualidade, que saia da escola sabendo. Só que em um ambiente com 38 crianças é difícil que a professora consiga acompanhar e dar atenção para cada criança, seja na aprendizagem ou no emocional”

Glauce Chagas, mãe de uma aluna de 4º ano, da turma com 38 crianças. Psicóloga e psicopedagoga

“Minha filha estava acostumada com a outra professora e sofreu com o fechamento da turma no meio do mês de setembro. Em uma reunião, exigi uma resposta da chefe de núcleo e também entregamos um bilhete para os outros pais para envolver mais pessoas na cobrança de uma solução para o problema”

Alexandra de Souza Moro. Mãe de uma aluna de 4º ano, da turma que foi desmantelada. Professora

reduzindo o número de trabalhadoras da limpeza em todas as unidades escolares. Isso evidencia o corte de gastos na área da educação. E mais uma vez a tão propagandeada qualidade no ensino dos filhos dos trabalhadores da capital não acontece na prática.

Goteiras e rachaduras na Escola Municipal Anísio Teixeira

As chuvas do final de setembro revelaram, mais uma vez, a gravidade dos problemas de infraestrutura da Escola Municipal Anísio Teixeira. Por causa das infiltrações e rachaduras, pelo menos metade das turmas tiveram que assistir às aulas embaixo de goteiras, com baldes e panos para conter a água.

A unidade foi criada há 43 anos, mas nunca recebeu uma reforma completa. Desde 2009, a escola passou a atender em período integral. Entretanto, a estrutura não foi adequada e não foi construído sequer um pátio coberto. Por isso, nos dias de chuva, as crianças têm que permanecer por 9h seguidas dentro das salas de aula.

Diante da situação, mães, pais e professores se organizaram para ligar no 156 e para cobrar uma solução junto ao núcleo de educação. A resposta da administração municipal, entretanto, é de que nada



● A escola precisa de uma reforma completa para resolver as infiltrações e goteiras

poderia ser feito no momento porque a cobertura estava molhada.

Apesar da gravidade da situação, não há perspectiva de reforma para o próximo ano. O engenheiro que visitou a escola após as chuvas informou que, na melhor das hipóteses, a escola entra no plano de obras da Prefeitura no

segundo semestre de 2015.

Não podemos permitir que as escolas de Curitiba continuem funcionando com sérios problemas de estrutura! Vamos organizar a luta a partir dos locais de trabalho para exigir melhorias na infraestrutura das unidades e melhores condições de trabalho já!



PARA DEBATER NA ESCOLA



Enquanto a Prefeitura comemora o resultado do Ideb...

...várias unidades sofrem com péssimas condições de funcionamento



Arquivo

O IDEB influencia a SME a criar novos instrumentos de controle de resultados

A divulgação do ranking do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) no mês de setembro levantou mais uma vez a discussão sobre os limites desse índice de avaliação. A notícia de que Curitiba superou a meta nacional e obteve a segunda maior nota entre as capitais do país foi comemorada pela administração municipal, liderada por Gustavo Fruet (PDT/PT), na mesma semana em que se efetivou o corte de contratos de RIT's, suspensão de apoio pedagógico para oito mil estudantes e o fechamento de turmas. **Essa coincidência mostrou, mais uma vez, o abismo que existe entre o discurso e a prática da Prefeitura!**

O Ideb é calculado a partir da média da Prova Brasil e do número de reprovações. Baseia-se no desempenho individual dos estudantes, sem avaliar o contexto social

ou a realidade da escola, e por isso pouco contribui para que as escolas e redes de ensino possam identificar os problemas do processo de ensino-aprendizagem. Ao invés disso, serve como mecanismo regulador externo e fere o artigo 24º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB): *"avaliação deve ser contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais"*.

Para avaliar a qualidade de educação, é necessário analisar a infraestrutura e a realidade social das escolas, a formação e condições de trabalho dos professores, o currículo e o investimento em educação. Ao deixar todos esses aspectos de lado, o Ideb passa a servir apenas como estatística para as propagandas oficiais.

Nova avaliação, velhos erros

● Mesmo sem realizar um amplo debate com os profissionais da rede sobre concepção de avaliação, a Secretaria Municipal de Educação anunciou a realização de uma nova avaliação em novembro, que será aplicada para crianças não atingidas pela Prova Brasil e pela Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA). **Essa decisão imposta de cima para baixo fere a autonomia pedagógica das escolas, já que as professoras e professores da rede não vão contribuir com o seu desenvolvimento e terão apenas a tarefa de aplicar as provas.**

O teste será aplicado para 21 mil estudantes nos 4ºs, 6ºs e 8ºs anos. O sistema será elaborado pela CAED, fundação privada da Universidade Federal de Juiz de Fora que presta serviço para instituições como a *Fundação Roberto Marinho, Oi Futuro, e Instituto Unibanco*. Os sistemas de avaliação desenvolvidos por esta fundação se baseiam na lógica do controle de resultados e utilizam o desempenho individual do aluno em testes padronizados como indicador da eficiência de determinada unidade ou sistema educacional.

A proposta desenvolvida para Curitiba prevê a aplicação de questionários junto à comunidade escolar, o que é visto como um avanço que permitiria maior reflexão sobre a realidade da unidade. Entretanto, como essa avaliação foi desenvolvida sem a participação das professoras e professores da rede, é possível que funcione como mais um instrumento de pressão e cobrança.

A Secretaria Municipal de Educação assegurou que não utilizará essa nova avaliação para promover um ranking entre as escolas, mas a divulgação das notas será feita em um site específico, que expõe as pontuações. É assim que o ranking é feito na rede estadual de Minas Gerais e também na capital mineira, onde os sistemas de avaliação foram desenvolvidos pela CAED.

Temos que questionar por que a Prefeitura não inclui nessa avaliação o diagnóstico dos problemas enfrentados nas escolas e uma avaliação sobre o investimento destinado à educação. Por que as escolas com mais dificuldades no Ideb não recebem mais verbas, programas sociais e mais professores para apoio pedagógico? O índice do Ideb e de qualquer outra avaliação será fiel ao cotidiano e realidade das escolas? Quanto a SME pagou para a CAED?

A infinidade de testes impostos de cima para baixo sufoca a possibilidade de que as escolas desenvolvam formas autônomas de organizar e debater a avaliação interna. Por isso é necessário que esse debate não acabe aqui e que esse texto sirva como pontapé inicial para que juntos possamos avaliar os instrumentos de controle de resultados e buscarmos formas de resistência. A avaliação que queremos deve ser elaborada por nós, professoras e professores, que efetivamente construímos a educação!



No fundo da questão

► O Ideb e demais sistemas de avaliação são desenvolvidos seguindo orientações de mecanismos de controle internacional, como o Banco Mundial, que defendem uma concepção de educação rasa, com conteúdos mínimos voltados para as exigências do mercado de trabalho.

Ao invés de ser entendida de forma crítica, a educação básica é tratada apenas como um meio de permitir que os seguimentos sociais mais pobres sejam inseridos e melhor explorados no mercado de trabalho.

GREVE

Magistério denuncia prática antissindical da Prefeitura para a OIT

Ameaças e coerções feitas com o objetivo de impedir o legítimo direito de greve serão alvo de denúncia



● As práticas antissindiciais e assediantes também foram tema de uma reunião com a Secretária Municipal de Recursos Humanos no dia 18 de setembro

O SISMMAC denunciará a Prefeitura de Curitiba para a Organização Internacional do Trabalho (OIT) por ação antissindical e antigreve. O documento, que será protocolado em Brasília, denuncia as práticas cometidas pela administração municipal no último período e cobra respeito ao direito de greve e à liberdade de organização dos trabalhadores.

A gestão de Gustavo Fruet (PDT/PT) fechou o canal de diálogo com o magistério municipal. A intransigência se aprofundou com o descumprimento dos pontos acordados na greve de março de 2014. Sem intenção de avançar na pauta e no real diálogo com a categoria, optaram por reprimir o movimento.

A administração municipal tentou a todo custo impedir a greve dos dias 11 e 12 de agosto, através de reuniões e de ameaças veladas que buscavam dividir a categoria.

Como não conseguiram evitar a greve, apelaram para a retaliação. Para punir os professores que mesmo diante de ameaças foram às ruas

lutar por seus direitos, a Secretaria Municipal de Recursos Humanos descontou os dias parados, o Descanso Semanal Remunerado (DSR) e as gratificações. Além disso, lançou as faltas na ficha funcional e se negou a negociar a reposição. Para tentar impedir greves futuras, a administração municipal nega-se a justificar as faltas neste momento.

De forma contraditória, a Secretaria Municipal de Educação enviou ofício às escolas, solicitando as datas da reposição e orientando que o magistério participe dessa compensação. Esse ofício foi usado por várias chefias de Núcleo de forma antidemocrática, para semear medo e desinformação nas unidades. Com essa ação, tentam garantir o cumprimento dos 200 dias letivos sem o devido pagamento aos professores.

A Prefeitura não pode usar os regulamentos internos para ameaçar os professores e ferir nosso legítimo direito de greve. **Enfrentaremos essas represálias com união, organizando os nossos locais de trabalho e fortalecendo nossa luta!**

Retire suas rifas e junte-se à luta contra os ataques da Prefeitura!

▶ Para facilitar a distribuição das rifas, o SISMMAC funcionará em horário especial até o dia 10 de outubro: das 9h às 19h.

Para retirada dos blocos, as professoras e professores penalizados com o desconto devem apresentar os contracheques dos meses de agosto e setembro na sede do SISMMAC. Caso você ainda não seja sindicalizado, poderá se sindicalizar antes da retirada das rifas.



Ação solidária é alternativa para resistir aos descontos da greve

Magistério organiza rifa solidária para enfrentar com união a retaliação imposta pela Prefeitura

Para enfrentar de cabeça erguida as imposições da administração municipal, o magistério aprovou a realização de uma rifa solidária na assembleia do dia 23 de setembro. Além de amenizar o desconto financeiro da greve dos dias 11 e 12 de agosto, essa ação serve também como forma de dar visibilidade a nossa luta pela reformulação do Plano de Carreira e para denunciar a falta de coerência dos gestores do município.

Diante da postura arbitrária da Prefeitura, que se recusou a negociar a reposição dos dias parados, o magistério vem numa crescente demonstração de união, assim como outras categorias que se mobilizam para enfrentar os ataques e demandas dos governos e patrões. Como exemplo mais próximo e recente, temos os trabalhadores dos Correios do Paraná. Em abril, após enfrentar 42 dias de greve contra a retirada de direitos e a privatização do Plano de Saúde, a categoria organizou uma rifa solidária para amenizar o peso dos descontos salariais impostos pela direção da empresa.

Mesmo antes da criação de sindicatos e da regulamentação do direito de greve, as ações de solidariedade, como as rifas e fundos de greve, já eram utilizadas como instrumento de apoio mútuo para a organização da classe trabalhadora. Essas ações foram imprescindíveis para que a luta por melhores condições de trabalho continuasse ao longo da nossa história.

Se a Prefeitura coage, assedia e tenta a qualquer custo reprimir e enfraquecer nossa mobilização, nós devemos nos unir ainda mais e mostrar que os ataques não vão enfraquecer nossa luta!

Contra a retaliação, temos a união!

● Distribuição das rifas acontece em horário especial até o dia 10 de outubro





PRESSÃO NA CÂMARA

PLANO DE CARREIRA entra na **RETA FINAL** de votação na Câmara Municipal

O projeto de lei que modifica o Plano de Carreira do magistério já foi aprovado nas quatro comissões obrigatórias da Câmara Municipal - Legislação, Finanças, Serviço Público e Educação - e agora será enviado para decisão do plenário. É hora de ampliar ainda mais nossa mobilização para acompanhar a reta final de discussão sobre o Plano de Carreira. **A votação final no plenário deve ocorrer na primeira quinzena de outubro e o magistério estará presente para acompanhar esse momento histórico e para barrar qualquer tentativa de retirada de direitos!**

Desde a suspensão da greve, nossa categoria manteve a pressão e acompanhou a tramitação do projeto na Câmara Municipal. Além do compromisso assumido pelos vereadores no dia 12 de agosto, nossa pressão constante fez com que a maioria expressiva dos parlamentares declarasse apoio por escrito a nossa pauta. Entretanto, essa manifestação de apoio pouco se refletiu em ações concretas. Nas duas reuniões realizadas até agora, ficou claro que a Câmara Municipal não apresentará qualquer emenda que contrarie os interesses do prefeito Gustavo Fruet porque está atrelada e subordinada ao executivo.

Antes da votação final no plenário, será realizada uma última reunião de negociação com a presença de vereadores e de representantes do executivo para avaliar as emendas apresentadas pelo magistério (veja no quadro ao lado). Os itens consensuais serão incorporados ao projeto.

Prefeito e vereadores se recusam a reduzir o prazo de implantação do novo Plano de Carreira

A comissão de Economia da Câmara Municipal adotou o mesmo discurso da Prefeitura e alegou que não seria possível reduzir o prazo de implantação do novo Plano de Carreira devido ao orçamento do município. **Mais uma vez, essa resposta foi dada sem a apresentação da metodologia usada para calcular o impacto orçamentário.**

O magistério reivindica o acesso a essa informação desde o fim das negociações, mas a Prefeitura se recusou a apresentar a memória do cálculo de forma detalhada mesmo após a análise da Procuradoria Jurídica da Câmara de Vereadores apontar como problemática a ausência desse dado.

Ao esconder o dado que é vital para questionar o planejamento da administração municipal se recusou a debater e a estudar alternativas junto com a categoria. Essa forma, mostra que o problema não é a falta de orçamento, mas a falta de vontade política do prefeito Gustavo Fruet em priorizar realmente a educação.

Diante dessa negativa, agora lutaremos para que todas as datas de implantação estejam definidas, visando que a transição para a nova tabela termine até o fim da atual gestão do prefeito. **Seguem firmes em nossa luta pelo Plano de Carreira e pelos 30% do orçamento para a educação com a promessa de campanha!**



LINHA DO TEMPO

1º de julho ▶ Prefeitura protocola projeto de lei na Câmara Municipal



11 e 12 de agosto ▶ Greve pela redução do prazo de implantação do novo Plano

18, 19 e 20 de agosto ▶ Mobilização na Câmara de Vereadores para apresentar as emendas do magistério e pegar assinaturas de apoio dos vereadores



20 de agosto ▶ Reunião do Comando de Mobilização

22 de agosto ▶ Primeira audiência com vereadores e magistério a respeito do projeto de lei de reformulação do Plano de Carreira



25 a 30 de agosto ▶ Panfletagem na semana cultural

26 de agosto ▶ Reunião com representantes da categoria para discutir o trâmite do projeto de lei com a Procuradoria Jurídica da Câmara de Vereadores



Continuidade da luta será definida em assembleia

DATA: 9 de outubro

1ª CHAMADA: 18h30
2ª CHAMADA: 19h

LOCAL: SISMMAC
(Rua Nunes Machado, 1577)



Conquistas e retrocessos na luta pelo Plano de Carreira

As negociações sobre o Plano de Carreira tiveram início em maio de 2013. O magistério acompanhou esse processo desde o começo, debatendo nos seminários, assembleias e nas reuniões do Conselho de Representantes as alterações necessárias para garantir melhorias e a valorização da nossa profissão.

Tivemos vários embates com a Prefeitura e, graças à pressão e a mobilização da nossa categoria, conquistamos avanços. O quinquênio foi mantido, conquistamos avanço linear anual, garantia de crescimento para os professores que terminam o estágio probatório e o enquadramento na nova carreira levando em conta o tempo de serviço e a trajetória de carreira. Nenhum desses avanços partiu da boa vontade da Prefeitura. São resultados da pressão e da organização da categoria para garantir avanços e não permitir a retirada de direitos.

Entretanto, essa atual administração não cumpriu com parte dos compromissos feitos no Grupo de Trabalho e protocolou o projeto de lei com alterações que não atendem nossos anseios. A im-

plantação do novo Plano, que a princípio seria ainda em 2014, aparece no projeto de lei parcelado em 27 meses. Outro ponto problemático é o percentual de crescimento de 20% entre especialização e mestrado que está menor do que temos atualmente.

Os critérios para mudança de classe foram acordados na mesa de negociação, mas a administração municipal não incluiu as regras na redação do texto e quer deixar essa questão para ser normatizada por decreto.

Em relação ao avanço por titulação, também já havíamos acordado no Grupo de Trabalho que seria automático, com pagamento retroativo a partir da data de protocolo do certificado. Entretanto, a garantia do pagamento retroativo não apareceu no texto da lei.

Tentamos negociar esses pontos, mas a Prefeitura se manteve irredutível e não deixou outra alternativa a não ser a greve. Nos dias 11 e 12 de agosto, o magistério municipal de Curitiba foi mais uma vez para as ruas, reivindicar o cumprimento dessas propostas. A administração manteve a intransigência e não negociou!

Confira as emendas propostas pelo magistério

1 ► IMPLANTAÇÃO:

- Garantia de que no momento final de transição para a nova tabela, o servidor seja enquadrado de acordo o seu tempo de serviço e trajetória;
- Fixar datas para conclusão de cada etapa do processo de implantação do novo Plano de Carreira;

2 ► Correção do percentual de crescimento entre a especialização e o mestrado (de 20% para 21%);

3 ► Inclusão dos critérios para mudança de classe (gatilhos de 10% e 20%);

4 ► Garantia de pagamento do avanço por titulação a partir da data do protocolo;

5 ► Redução do prazo de publicação do decreto que regulamenta o procedimento de enquadramento de 90 para 30 dias.

6 ► Realizar a implantação imediata do Plano para 260 professores da rede que já cumprem os requisitos para se aposentar.

agosto ►
representantes
categoria
acompanham
omite do
projeto na
missão de
islação,
stícia e
dação



09 de setembro ►
Reunião do magistério com vereadores e representantes das secretarias de Finanças, Recursos Humanos e Educação. Nenhum avanço!



17 de setembro ►
Comissão de Serviço Público aprova o projeto de lei

23 de setembro ►
Magistério aprova realização de rifa solidária para amenizar os descontos da greve



3, 4 e 5 de setembro ►
Campanha de coleta de assinaturas nos terminais de ônibus



16 de setembro ►
Plano de Carreira é aprovado na Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, mas o prazo de 27 meses é mantido!



24 de setembro ►
Projeto de lei da Carreira é aprovado na última comissão, a de Educação, Cultura e Turismo



INFORME-SE



● Projeto de lei sobre eleição de diretores é aprovado na Câmara

Eleição de diretores

O projeto de lei que modifica a eleição de diretores e vice-diretores das escolas municipais foi aprovado no dia 30 de setembro em segunda votação na Câmara de Vereadores.

As eleições serão realizadas em novembro deste ano, ainda sem data definida, com as principais mudanças aprovadas pelo magistério. A nova lei permite apenas uma reeleição consecutiva independentemente do cargo e acaba com a prática da chamada “dobradinha”. A regra passa a valer a partir desta eleição e não tem efeito retroativo, o que significa que os membros da direção eleitos agora poderão ter apenas

dois mandatos consecutivos.

O projeto de lei aprovado na Câmara, entretanto, cria dois novos problemas para a organização das escolas: impede a eleição do vice-diretor nas unidades com menos de 300 alunos e não especifica quem ficará responsável pela Educação de Jovens e Adultos nas unidades que a ofertam, já que agora o diretor e o vice devem cumprir as 40h semanais no período da manhã e da tarde.

Na tentativa de alterar esse dois pontos, a direção do SISMMAC apresentou propostas de emendas que foram rejeitadas pela maioria dos vereadores.

Hora-atividade para todos!

Estamos chegando ao final de 2014, em julho deste ano a Lei do Piso completou seis anos da data de sua sanção, entretanto, a garantia de 1/3 da jornada de hora-atividade ainda não é realidade para muitos profissionais do magistério. Os avanços que tivemos até o momento foram conquistados com mobilização nas greves de 2012 e de março de 2014, com contratação de professores.

A administração municipal nega esse direito aos professores lotados nos CMEIs. Dessa forma, esses professores acabam sobrecarregados e levam o trabalho para casa. Em alguns CMEIs nem mesmo 20% de hora-atividade são cumpridos. Isso acontece devido à falta de profissionais e uma das formas encontradas pelos professores é fazer um “rodízio” de hora-atividade a cada sete ou oito dias. Enquanto isso, mais de 250 professoras e professores aprovados no último concurso aguardam convocação da Prefeitura.

A Secretaria Municipal de Educação oferece diferentes condições de trabalho para profissionais da mesma categoria. A cada dia, maior é a dificuldade de encontrar professores dispostos a cobrir licenças na Educação Infantil devido a esse fato.

Entendemos que a qualidade efetiva da educação passa pela garantia de tempo para formação continuada e planejamento dos profissionais da educação, com ênfase ainda maior na Educação Infantil, já que esta traz consequências para toda a vida dos educandos. Pela qualidade da educação, TODOS (pedagogos, professores e educadores) devem ter 33% de hora-atividade!

I Seminário das escolas de 6º ao 9º ano

No dia 7 de outubro, aconteceu o I Seminário das escolas de 6º ao 9º ano. Nesse espaço, os professores das séries finais debateram e construíram uma proposta de organização da jornada e do trabalho pedagógico para essas unidades. Você confere mais informações sobre o Seminário na página do SISMMAC (www.sismmac.org.br).

Pressão do magistério faz com que PMC volte atrás na exigência de registro no CREF



A pressão exercida pelos novos professores em conjunto com a direção do SISMMAC fez com que a Prefeitura abrisse mão de exigir o registro no Conselho Regional de Educação Física (CREF) para que os professores aprovados no último concurso assumissem suas vagas na rede municipal de Curitiba.

Esse recuo da administração municipal é uma vitória do conjunto do magistério, que desde 2009 luta contra a lógica de divisão e fragmentação imposta pelos conselhos profissionais. A atuação docente é regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que não prevê filiação aos conselhos profissionais. A inclusão dessa obrigatoriedade sempre foi uma forma de ingerência e um desrespeito à profissão de professor!

O edital do concurso de Docência II deste ano não previa a necessidade de filiação ao CREF. Assim como ocorreu com o concurso de 2012, a exigência apareceu apenas no momento da convocação e foi duramente combatida pela direção do SISMMAC.

QUEM TE VIU, QUEM TE VÊ



● O *Diário de Classe* possui a seção “Quem te viu, quem te vê”, que conta a cada mês, a trajetória e história de vida de uma professora aposentada. A seção é um espaço para que essas trabalhadoras compartilhem suas experiências com o conjunto do magistério.

A história de quem se aposentou, mas não deixou a luta

Dona Dirce é integrante do Coletivo dos Aposentados do SISMMAC e acredita que é importante dar o exemplo e se manter firme na luta

Dirce Ramos da Silva, mais conhecida como Dona Dirce, conta que apesar do tempo relativamente curto na rede municipal de Curitiba, onde trabalhou por cerca de 11 anos, de 1987 a 1998, viveu momentos incríveis ao alfabetizar centenas de crianças na pré-escola.

Dona Dirce relembra a gratidão dos alunos que, para agradar, até imitavam a letra da professora. “Eu gostava muito do momento da alfabetização. É maravilhoso ver um aluno aprendendo a ler e a escrever”. Ela conta que inovou no método de alfabetização e, para tirar a turma da monotonia, utilizava muitas músicas e contação de história para despertar nas crianças o prazer de aprender.

“Minhas aulas funcionavam como capítulos de novela, sempre me esforçava para deixar um gostinho de quero mais nas crianças e motivá-las a quererem estar ali no dia seguinte”. Além disso, na sala da professora Dirce sempre teve o momento de brincar. Ela conta que na época em que lecionou na rede municipal de Curitiba já tinha netos pequenos e que usava alguns dos brinquedos deles em sala de aula, com a turma toda, e virava aquela bagunça.

A LUTA NA APOSENTADORIA

Os últimos anos de Dona Dirce na rede municipal de Curitiba foram na Escola Municipal Marumbi. Durante os 11 anos dedicados ao ensino na rede municipal de Curitiba, ela lembra de muitas mobilizações encampadas pelo magistério. “Particpei de muitos movimentos, passeatas, íamos da Praça Santos Andrade até a Prefeitura”, comenta Dirce.

Em 1998, ela se aposentou, mas não deixou a luta. Integrante do Cole-

tivo de Aposentados do SISMMAC, Dona Dirce acredita que a luta continua mesmo após a aposentadoria e que manter contato com os colegas e companheiros que fez ao longo da carreira fazem a diferença nesse momento da vida.

Aposentada há 16 anos, Dona Dirce conta que não deixa de aproveitar a vida, viaja, se reúne com amigos, curte a família, mas na hora de lutar por direitos também se mantém firme e aguerrida em conjunto com as demais integrantes do Coletivo de Aposentados.

Dona Dirce considera muito importante mostrar para o pessoal da ativa que os aposentados continuam na luta, que existe um caminho de mobilização mesmo depois da aposentadoria. “Nós do Coletivo de Aposentados do SISMMAC estamos abertos e convidamos a todos os professores aposentados e também os que estão prestes a se aposentar a participarem das nossas reuniões mensais”.



● Dona Dirce relembra os anos à frente da pré-escola e das lutas encampadas pelo magistério

APOSENTADOS

Coletivo de Aposentados constrói plano de aula para debater a pessoa idosa

Professoras aposentadas debateram e elaboraram um plano de aula para auxiliar os profissionais do magistério a trabalharem esse tema com os alunos



● Coletivo de Aposentados do SISMMAC se reúne para formular plano de aula para professores da ativa

Tradicionalmente, desde o primeiro encontro, em 2002, o Coletivo de Aposentados do SISMMAC se reúne na última quinta-feira de cada mês para se informar, debater e participar da luta do magistério em conjunto com as professoras e professores da ativa.

No mês de setembro, o Coletivo de Aposentados do SISMMAC se reuniu para discutir sobre um ponto que é muito caro as aposentadas e aposentados e há tempos estava na pauta: os direitos da pessoa idosa.

Ao debater como tratamos a questão do idoso dentro da sala de aula, as professoras do Coletivo tiveram a ideia de ajudar o professor que está na ativa a trabalhar esse assunto. No dia 25 de setembro, o Coletivo se reuniu e formulou alguns planos de aula com temas importantes para subsidiar o trabalho do professor na comunidade escolar. Esse material estará nos meios de comunicação do SISMMAC, o primeiro, em comemoração ao 1º de outubro, Dia do Idoso, já esta disponível no site do Sindicato. Confira!

São as professoras aposentadas, com sua experiência nessa etapa da vida contribuindo para educação nesse tema tão importante que é o envelhecimento da sociedade.

● Se você é professor aposentado da rede municipal de Curitiba e ainda não participa do Coletivo de Aposentados do Sindicato, organize-se para acompanhar as reuniões que acontecem na última quinta-feira do mês, às 14h, na sede do SISMMAC! Esse é um espaço importante, que ajuda a manter a categoria unida e mobilizada mesmo após a sala de aula.



GIRO PELA EDUCAÇÃO

Prefeitura de Araucária vai entregar escolas do 6º ao 9º ano ao governo do estado

Sismmar e comunidade são contra a estadualização e a medida imposta de forma unilateral e autoritária

Os professores das escolas de 6º ao 9º ano do município de Araucária têm enfrentado um duro embate com a Prefeitura. No início de setembro, a administração da cidade anunciou, de forma unilateral e arbitrária, que duas escolas que atendem as séries finais seriam integralmente repassadas ao governo do estado.

Mães, pais, alunos e professores são contrários à medida. As comunidades das escolas Jardim Fonte Nova e David Carneiro, unidades que serão repassadas ao estado de acordo com as mudanças determinadas pela Secretaria Municipal de Educação de Araucária (Smed), já se manifestaram contra a estadualização em reunião com a Smed. O repasse do patrimônio municipal, construído desde 1991 por professores e comunidade, vai contra os interesses de alunos e docentes.

Além de afetar 1500 estudantes que seriam realocados na educação estadual, a medida também afeta 38 professores do 6º ao 9º ano, que serão remanejados para outras escolas do município. Os profissionais destes locais perderão suas vagas e levarão consigo anos de dedicação e trabalho com estes estudantes. Os pais e mães dos alunos de 1º ao 5º ano terão que levar seus filhos para escolas longe de suas residências e adquirir novos uniformes e materiais e não há garantias de transporte escolar.

As escolas que estão previstas para receber os alunos das unidades Jardim Fonte Nova e David Carneiro não possuem a estrutura física necessária para ampliar a oferta de ensino com qualidade.

Para o Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Araucária (Sismmar), a intenção da Prefeitura é fazer economia com a diminuição de horas extras e de substituições em detrimento da educação de qualidade. O Sismmar defende que é necessário mais investimentos, a rede municipal precisa construir novas unidades, promover melhorias nas escolas existentes, implantar a hora-atividade de 1/3 da jornada e contratar mais professores.



Professores e técnicos realizam greve mais longa da história das universidades estaduais de São Paulo

Trabalhadores se colocaram em movimento contra a intransigência das reitorias e do governo estadual

Os trabalhadores da Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de São Paulo (Unesp) e Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) realizaram a greve mais longa das estaduais do estado, entre os meses de maio e setembro deste ano.

Encerrada no mês passado, a greve conquistou reajustes de 2,57% em setembro e em dezembro e 28,6% de abono sobre o salário de um mês. Tais percentuais foram negociados sob a mediação do Tribunal Regional do Trabalho (TRT). O resultado foi considerado vitorioso pelos grevistas.

Para além de melhores salários, os trabalhadores das universidades estaduais de São Paulo lutaram contra a intransigência do governo de Alckmin e também contra a forma de se tomar decisão nos conselhos dessas faculdades, fruto da reforma universitária imposta pela ditadura.

Antes da deflagração da greve, o reitor da USP, Marco Antônio Zago, informou que a Universidade estava com seu orçamento estourado e anunciou uma série de cortes, dentre eles 0% de aumento salarial para funcionários e docentes, demissão de funcionários terceirizados, cortes em pesquisa, auxílio de estudantes e bolsas em geral. Anúncio esse que foi referendado pelo Conselho da USP.

Os trabalhadores mobilizados mostraram que não pagarão por dívidas que não são suas. A greve forte e a organização desses profissionais evidenciaram, mais uma vez, que só a luta muda a vida!



Magistério de Recife em luta

A greve dos professores de Recife teve consequências parecidas com a do magistério municipal de Curitiba. Os profissionais da educação da cidade pernambucana também amargaram grandes descontos ao retornarem para o chão da escola.

Agora, as professoras e professores da rede municipal de Recife organizam uma campanha contra o prefeito da cidade: "Geraldo Júlio, devolva o salário dos professores!". Uma das ações da campanha foi pedágio denunciando as péssimas condições das escolas do Recife e a contradição da perseguição àqueles que lutam pela educação de qualidade.

ALÉM DOS MUROS DA ESCOLA

Câmara aprova projeto que transfere para a população custos de obras de infraestrutura

Projeto de lei que repassa parte dos custos de obras públicas para a comunidade espera sanção do prefeito



Antonio More/Gazeta do Povo

● Prioridade dada aos bairros nobres da cidade deve aumentar com a proposta da Vizinhança Participativa

Aguarda sanção do prefeito o projeto de lei que permite que a Prefeitura divida os custos de obras públicas com a comunidade. Chamada de Vizinhança Participativa, a proposta foi aprovada pela Câmara Municipal no dia 15 de setembro e prevê que a população pague parte do custo de obras de asfalto, calçadas e acessibilidade, bem como outras

consideradas de “interesse público”.

O autor, vereador Jonny Stica (PT), considera que a medida seja uma simplificação das Parcerias Público-Privadas (PPPs), regulamentadas em Lei Federal. A proposta, entretanto, foi mal recebida pela população, já que essas obras deveriam ser inteiramente custeadas com os impostos arrecadados pelo município.

Trata-se de uma proposta elitista, que vai favorecer empresários e a população de renda mais alta em detrimento da periferia da cidade. Com a lei em vigor, a prioridade dada às obras em bairros nobres, como as calçadas de granito e a reforma da Praça da Espanha no Batel, deve aumentar ainda mais. O pagamento de parte da obra pelos moradores pode se transformar em um “incentivo” para o investimento em regiões mais ricas da cidade, enquanto os bairros mais afastados continuarão sem receber obras de infraestrutura e saneamento.

Pelo projeto de lei, o principal critério para execução da obra é a aprovação em audiência pública de ao menos 60% dos presentes. Os moradores que não concordarem com a obra terão que pagar mesmo assim e quem não tiver condições de arcar com esse pagamento pode ter o nome incluído na dívida ativa do município.

Depois da repercussão negativa obtida pela proposta nas redes sociais, os vereadores alteraram a redação final do projeto que, agora, exige da cobrança os proprietários de imóveis que comprovem baixa renda e estejam cadastrados nos programas sociais. As últimas emendas incorporadas também proíbem que obras já previstas no orçamento sejam incluídas no projeto e excluem do rol de possíveis parcerias ações na área de educação e saúde (consideradas obras de elevado interesse social, portanto com a obrigação de serem totalmente custeadas por recursos públicos).

Metroviários demitidos na greve de junho são reintegrados em São Paulo

Repressão à greve do Metrô de São Paulo foi uma das mais violentas da história do país

No dia 30 de setembro, a Justiça do Trabalho determinou a readmissão de mais 23 dos 42 funcionários do Metrô de São Paulo que foram demitidos durante a greve de junho. Com a decisão, sobe para 35 o número de metroviários readmitidos - 33 por intervenção do judiciário. Segundo a decisão, não há provas de que os funcionários tenham cometido atos ilícitos que justifiquem as demissões por justa causa.

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, usou todas as formas de repressão para coagir o movimento e acabar com a greve, que se estendeu por cinco dias. Autorizou a Polícia Militar a usar bombas de efeito moral para dispersar os piquetes; entrou com uma ação solicitando que a greve fosse decretada ilegal e, por último, demitiu os servidores por justa causa sem sequer abrir um processo administrativo para apurar os supostos “excessos” cometidos durante a paralisação.

Além de desmobilizar a greve, esse conjunto de medidas antissindicais também tem o objetivo de fragilizar o sindicato, dividir a categoria e impedir que os trabalhadores se organizem novamente para reivin-

dicar melhores salários e avanços nas condições de trabalho.

Essa não é a primeira vez que o Metrô desrespeita o direito de greve e demite grevistas. O mesmo ocorreu em 2007, na greve de três dias que exigiu que a participação dos lucros da empresa fosse igualitária e não proporcional ao salário. No total, 61 trabalhadores foram demitidos. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) determinou em 2009 a readmissão ou a indenização desses funcionários, o que ainda não foi completamente cumprido pela empresa.



Mídia Ninja



● Repressão policial, demissões e multa fazem parte de pacote “antissindical” contra metroviários

O papel contraditório da justiça

▶ A decisão judicial que considerou a greve dos metroviários abusiva no quarto dia de greve estabeleceu uma multa diária de R\$ 500 mil em caso de descumprimento. Somado com a primeira multa de R\$ 100 mil por dia que a Justiça aplicou ao sindicato por não manter 100% do efetivo em horários de pico, a dívida total da entidade é de R\$ 900 mil.

Enquanto isso, a multa aplicada à empresa pela prática antissindical é muito menor. Ao verificar que não havia provas que justificassem as demissões, o Ministério do Trabalho em São Paulo autuou o Metrô em R\$ 8 mil.



4º Baile do Professor

18 de outubro, a partir das 22h,
na Sociedade Universal

Música ao vivo com banda Memories

LOCAL: Sociedade Universal
(Rua Comendador Roseira, 260. Prado Velho)

ENTRADA: Cada sindicalizado terá direito a dois convites,
sem custos. Reserve o quanto antes os seus
convites pelo telefone do SISMMAC (3225-6729)

CULTURA

Siricutico lança primeiro disco em show no Teatro Paiol

Dia das Crianças terá apresentação do quarteto que se formou em 2011 em Curitiba

No dia 12 de outubro, Dia das Crianças, o Siricutico lança seu primeiro disco no Teatro Paiol. O Show que está marcado para as 18h tem entrada franca. O grupo tem uma proposta de misturar música infantil para adultos e música adulta para crianças que deu certo e agrada aos pequenos e também quem já deixou de ser criança há muito tempo.

O show do Dia da Criança ainda contará com participações especiais de músicos convidados que marcaram presença na gravação do disco. Outro ponto interessante é que o encarte do álbum apresentará, em cada faixa, ilustrações do artista curitibano André Ducci, além das letras e cifras das canções, contendo 24 páginas de conteúdo.

O quarteto, que já fez apresentações em algumas escolas do município, se reuniu pela primeira vez em 2011. E desde então, o grupo se encontra para compor e fazer arranjos, além dos shows.



EXPOSIÇÃO



Reflexos

Objetos refletidos na água, espelhos e luzes em movimento assumem diversas formas

A série Reflexos, da artista paranaense Mariana Canet, está em cartaz no Museu Oscar Niemeyer até o dia 26 de outubro. A exposição possui 14 fotos que tem como principal elemento a água. Nela são refletidos diversos objetos, espelhos e luzes em movimento que assumem as mais variadas formas, distorcido, desviado, dobrado sobre si mesmo.

Com a mostra, a intenção da artista é levantar o questionamento de como cada um interpreta a realidade. As fotografias já foram expostas em diversos lugares, como Londres, Amsterdã, Itália e São Paulo.

O MON funciona de terça a domingo, das 10h às 18h. O ingresso custa R\$6,00 e a meia entrada sai por R\$3,00. Nas quintas-feiras o horário de funcionamento do Museu é estendido até às 20h. E passa a ser gratuito a partir das 18h.